



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. TENÓRIO DOS SANTOS

163

215
215

Apelação Cível nº 0188820-0

4ª Câmara Cível

Apelante :Moto Honda da Amazônia Ltda.
Apelado :Fernando Antônio Neves da Silva

Relator :Des. Tenório dos Santos

5681

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICABILIDADE. VEÍCULO. MOTO. DEFEITO. OCORRÊNCIA. DANO MORAL CARACTERIZADO. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM DA FIXAÇÃO. RAZOABILIDADE. REDUÇÃO. 1. Deve ser ressarcido por dano moral, aquele que adquire produto com defeito, passível de ocasionar acidente e que deixa o consumidor sujeito a risco iminente; 2. Estabelecida a indenização pelo dano moral em patamar considerado excessivo, deverá ser reduzido dentro de padrões de razoabilidade, sob pena de provocar inadmissível enriquecimento sem causa da parte adversa; 3. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0188820-0, em que figuram como apelante e apelados



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. TENÓRIO DOS SANTOS

2
2/6
e

164

Apelação Cível nº 0188820-0

Moto Honda da Amazônia Ltda. e Fernando Antônio Neves da Silva, acordam os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível, à unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso, reduzindo o "quantum" indenizatório para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros e correção monetária a partir deste julgamento e juros de mora a partir do evento danoso, tudo de acordo com voto, notas taquigráficas, Ata de Julgamento e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife 03 de 05 de 2010.

Des. Tenório dos Santos

Relator



Estado de Pernambuco
Poder Judiciário

Proc. nº 001.2003.021839-0.

SENTENÇA.

EMENTA.

Ação Ordinária. Relação de Consumo. Produto que apresenta defeito após a aquisição. Defeito mecânico identificado como de fabricação. Responsabilidade da Empresa fabricante. Danos Morais caracterizados. PROCEDÊNCIA, em parte, do pedido.

FERNANDO ANTONIO NEVES DA SILVA, qualificado, por advogado constituído, ingressou em juízo com a presente **Ação Ordinária de Anulação de Compras e Venda c/c Indenização por Danos Materiais e Morais** contra a **MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA.**, também qualificada.

Alega em suma: em 14.03/2002, através da concessionária Motoparts, adquiriu uma Moto Honda/tipo CBX 250 Twister, no valor de R\$. 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais); por cautela, sempre cumpriu as revisões periódicas orientadas pelo manual; no mês de abril 2002, o painel da moto "apagou" e se apresentou condensado, após um dia de chuva; no dia seguinte, procurou a concessionária, quando foi constatada uma infiltração de água no painel; aparentemente o problema foi resolvido, porém, sucessivamente, voltou a se apresentar, causando

164
166

prejuízo ao autor; que, judicialmente, acionou o Juizado Especial das Relações de Consumo, quando foi apresentada uma solução para o problema da Moto e do conflito judicial; mesmo assim, o problema da Moto voltou a se apresentar, negando a concessionária a efetuar a troca da Moto na forma do acordo judicial celebrado entre as partes, o que só veio a acontecer em 17.06/2003; a nova Moto apresentou o mesmo defeito da anterior; na concessionária, foi feita vistoria da Moto, porém não foi autorizado o serviço, sendo orientado a comparecer à concessionária que havia efetuado a troca das Motos e, mais uma vez, não foi autorizada a realização do serviço; que vem sendo tolhido no seu direito de consumidor; que houve uma proposta para devolução do valor pago pela aquisição da Moto que não se concretizou.

A petição inicial foi instruída com os documentos de fls. 16/38.

A empresa demandada apresentou contestação (fls. 43/65), instruída com os documentos de fls. 66/101.

São argumentos da defesa: em preliminar, a inépcia da petição inicial. No Mérito – apresenta sua versão em oposição aos fatos narrados pelo autor; esclarece que sempre esteve disposta para bem atender seus clientes, inclusive o autor; perante o Juizado Especial das Relações de Consumo celebrou acordo, no sentido de que o painel da antiga moto fosse trocado e se não fosse sanado o problema de infiltração alegado, haveria a troca da motocicleta por uma nova, sem ônus para o autor, e sim ocorreu; que com a nova moto o autor desfrutava de atendimento, porém assim procedeu; que não precisaria o autor buscar o Judiciário para solução do conflito; que é renomada pela altíssima qualidade de seus produtos; que o problema ocorrido com a motocicleta do autor tem origem na sua má utilização; que algumas partes e peças da motocicleta são delicadas e merecem cuidados especiais; que não tem garantia de que o autor tenha procedido de forma correta na lavagem de sua motocicleta, observando as instruções do manual; que antes de ser colocada no mercado, a motocicleta adquirida pelo autor foi testada e aprovada; que comprovou que não há problemas com o painel da motocicleta, mas, ao contrário, restou comprovado que há mal uso e má conservação/limpeza por parte do autor; que se trata de provável má-fé do autor; que há negligência e imprudência por parte do autor, que não observa o manual de instrução do produto. Pede pela improcedência do pedido.

Os termos da defesa foram replicados fls. 103/105.

165

167

Foi realizada audiência na forma do artigo 331 do C.P.C. (fls. 110). Não foi possível a solução consensual da lide.

Na audiência de Instrução e julgamento (fls. 119/120), inicialmente as partes concordaram que o pedido estava sem objeto, no que se referia ao Dano Material. Na seqüência, prestaram depoimento as testemunhas indicadas pelo autor.

Razões finais foram apresentadas em forma de memorial – fls. 123/128 e 132/135, respectivamente.

Assim estão os autos.

Decido.

Não procede a preliminar de inépcia da petição inicial. O autor pretende anular um negócio jurídico (uma compra e venda) e uma indenização por Danos Morais e Materiais. Assim, sua pretensão é possível, diante dos argumentos que expõe na petição inicial, no sentido de que teria a empresa demandada lhe causado os danos passíveis de reparação.

No mérito - o conflito que envolve as partes litigantes resulta de uma **Relação de Consumo**, caracterizado pela aquisição de um produto defeituoso.

Nesta condição, o autor/consumidor tem a defesa de seus direitos facilitada, na forma do artigo 6º, inciso VIII do C.D.C., diante de sua hipossuficiência, inclusive com a inversão do ônus da prova.

Nesta condição, na forma do artigo 12, parágrafo 3º, inciso III do C.D.C., o fabricante do produto só não será responsabilizado pelo produto quando caracterizada a culpa exclusiva da vítima/consumidor.

A empresa demandada, fabricante da Motocicleta adquirida pelo autor, **é responsável pelo conserto do veículo adquirido** que apresentou defeito quando de sua utilização normal. É possível, inclusive, que o defeito seja de fabricação (infiltração do painel).

Comprovadamente, o autor, por diversas vezes, levou a motocicleta para conserto na concessionária na qual efetuou sua aquisição, sem que o problema tenha sido resolvido em definitivo.

166g
168

Tanto é assim, que a empresa demandada, somente diante de Ação Judicial ajuizada pelo autor, aceitou celebrar um acordo, pelo qual terminou sendo forçada a trocar a primeira motocicleta por uma outra, que também veio a apresentar o mesmo problema.

A empresa demandada inverte a lógica dos fatos atribuindo ao autor má fé – negligência e imprudência no uso da motocicleta – porém esquece que teve a oportunidade, por diversas vezes, de solucionar o problema apresentado quando da utilização da motocicleta, e não teve sucesso. Esquece que, mesmo tendo efetuado a troca da primeira motocicleta, a nova motocicleta veio a apresentar o mesmo problema. Esquece que, mesmo no âmbito da Justiça, não se opôs a uma solução favorável ao seu consumidor.

A prova testemunhal apresentada pelo autor comprova que a motocicleta por ele adquirida apresentou defeito, independentemente de qualquer fato relacionado a sua utilização indevida.

A testemunha, **Valmir José dos Anjos**, declarou (fls. 119): "...que ele, depoente, se dirigiu de sua residência, no Município de Jaboatão, para o DETRAN e , ao chegar no seu destino, o painel da moto estava embaçado...". A testemunha, **Jonathas Honorário de Paula Silva**, declarou (fls. 120): "...quando fez o seguro da primeira moto do autor, esta já acusou embaçamento no painel ...que mesmo o autor tendo recebido uma moto nova, por conta de uma demanda judicial no Juizado Especial, esta nova moto voltou a apresentar o mesmo problema".

Ao longo de mais de um ano o autor procurou uma solução junto à concessionária responsável pela venda dos produtos da empresa demandada, sem que obtivesse sucesso, mesmo diante do comprovado defeito que a motocicleta apresentava.

Nestas condições, é certo que o autor sofreu dano moral, pois mais do que transtornos, passou por uma verdadeira **via crucis** em busca de uma solução definitiva para que pudesse utilizar sua motocicleta, sem sucesso. O autor não buscou o Judiciário a troco de nada, como alega a empresa demandada, e sim, diante do procedimento inexplicável da empresa demandada em solucionar um problema com seu consumidor, fato que se constitui em desrespeito às normas de consumo e ao próprio consumidor.

Na audiência de instrução, a empresa demandada aceitou receber a motocicleta que se encontrava com o autor pelo preço de mercado e

1678

169

complementar o valor para aquisição de uma nova motocicleta para o autor. Esta proposta não foi aceita pelo autor, que não abriu mão da pretensão de ser reparado pelo dano moral que entendia ter sofrido.

Foi, ainda, comprovado pelo autor, que a motocicleta que deu origem ao conflito entre as partes havia sido roubada, pelo que não se pode mais determinar sua substituição por outra, razão pela qual a empresa demandada aceitaria receber uma outra moto que se encontrava na propriedade do autor.

A pretensão ao dano material está superada e sem objeto, em face dos entendimentos dos advogados das partes, conforme registrado na audiência de instrução.

POSTO ISTO,

Com Resolução de Mérito, **EXTINGO** o presente processo, na forma do artigo 269, inciso I do C.P.C., pelo que tenho por **PROCEDENTE** o pedido do autor no que se refere à **reparação por danos morais**, no sentido de **CONDENAR** a empresa demandada a lhe pagar a importância de **R\$. 16.000,00 (dezesseis mil reais)**, a título de reparação pelos danos que lhes foram causados, importância que deverá ser atualizada monetariamente na forma da tabela do ENCOGE e acrescido de juros de mora à taxa de 12% (doze) por cento ao ano, a partir da data da condenação.

CONDENO a empresa demandada nas custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

P. R e I.

Recife, 28 de março/2008.

Eudes dos Prazeres França.
Juiz de Direito/22ª Vara Cível.

D A T A

Nesta ...
Recife, 28 de março de 2008

[Assinatura]



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

214
170

4ª Câmara Cível

Apelação Cível nº 0188820-0

Apelante: Moto Honda da Amazônia LTda

Apelado: Fernando Antônio Neves da Silva

Relator: Des. Francisco Tenório dos Santos

VOTO DE MÉRITO

Trata-se de Recurso de Apelação contra sentença que julgou procedente a Ação de Indenização por Danos Morais.

Consoante relatório, o juízo de primeiro grau, ao reconhecer que os fatos apontados como violadores do preceito legal e à honra da pessoa do ofendido condenou a Empresa Demandada no valor de R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais) a título de Danos Morais.

Quanto ao Dano Moral perseguido passo a fazer algumas considerações antes de adentrar ao mérito da causa.

Com intuito de resguardar a integridade física e psíquica do consumidor, a lei estabelece que o fornecedor responde, independentemente de ter agido com culpa e de existir vínculo contratual, pelos acidentes de consumo, isto é, pela reparação dos danos patrimoniais ou extrapatrimoniais, causados ao consumidor, por defeito de concepção (ou criação, compreendendo os de projeto, formulação e desing) e de produção (ou fabricação, envolvendo os de fabricação, construção, montagem, manipulação e acondicionamento) do produto (defeito intrínsecos), assim como pelos causados por defeito

Ap. cível nº 0188820-0

mgcpassos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

218
E
171

de informação (ou comercialização, abrangendo os de apresentação, de informação insuficiente ou inadequada e os de publicidade) sobre a utilização e os riscos do produto (defeitos extrínsecos)

A responsabilidade do fornecedor é objetiva, decorrente dos riscos criados pela colocação de seu produto no mercado de consumo, cuja onerosidade gerada não deve ser compartilhada ou suportada pelo consumidor, pessoa que, em tese, desconhece os métodos e os mecanismos de produção.

Não há lugar para discussão da culpa, a violação do dever de cuidado objetivo, por imprudência, negligência ou imperícia – salvo quando imputada ao consumidor ou a terceiro (§ 3º, III, do art. 12 do CDC).

O dever de reparar surge, naturalmente, com a ocorrência do dano causado por defeito oriundo de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento do produto, ou aparece com o acontecimento do dano resultante de informações insuficientes ou inadequadas sobre a utilização e riscos do produto.

Melhor seria, portanto, que a lei tivesse usado a terminologia responsabilidade pelo risco do produto e do serviço, mais correta e precisa do que o termo vago e tradicional – responsabilidade pelo fato.

A responsabilidade pelo fato do produto subsiste, independentemente da existência de vínculo obrigacional entre as partes, já que a relação jurídica de consumo não pressupõe o contrato,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

219
172

que pode ou não haver entre o fornecedor e o consumidor final destinatário.

O produto é considerado defeituoso, por vício de concepção, de produção ou de informação, quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera (segurança expectada), levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais sua apresentação (a embalagem, o rótulo, o frasco), o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam (nocividade e periculosidade correspondentes aos riscos indicados ou anunciados) e a época em que foi colocado em circulação (as técnicas de produção acessíveis naquele momento).

O fornecedor pode eximir-se da responsabilidade pela reparação dos danos, citando a inexistência do nexo de causalidade entre sua atividade e o dano produzido, e demonstrando: 1- que não colocou o produto no mercado (ou que o produto foi colocado contra a sua vontade); 2- que, embora tivesse posto, o defeito inexistia; 3- que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro; ou 4- a existência de caso fortuito e força maior (art. 393 do CC/2002), manifestados após introdução do produto no mercado de consumo, a despeito dessas duas excludentes não constarem expressamente do CDC.

A propósito, num exame criterioso dos elementos probatórios submersos dos Autos, ao contrário do que alega o Recorrente restou inequivocadamente comprovado que o Autor /Apelado sofreu ofensas a impossibilidade do uso da moto por fato alheio a sua vontade, com um plus, tendo em vista a falta de segurança incontestável verificada no fato do produto, na forma narrada na petição inicial e do que resultou dos Autos. Sobre o assunto, o entendimento jurisprudencial

Ap. cível nº 0188820-0

mgcpassos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

220
C

173

não é divergente. Sendo correto acolher a alegação de que houve dano moral, eis que a impossibilidade do uso normal do equipamento por fato alheio a sua vontade e impedindo o exercício regular de um direito, bem como o fato da perda de realizar suas atividades laborativas, por si só, representam o suficiente para configurar o dano moral, sendo, portanto, devido o ressarcimento pelo prejuízo moral causado ao Autor/Apelado.

Diante de tais situações restou configurado o defeito do produto, que ao chover deixava o Recorrido sem condições de manobrar a moto, e tal fato também deixavam a mercê da sorte sem nenhuma segurança para o Recorrido, uma vez que o painel da moto se apavaga por completo, sem condições de guiá-la com segurança, incidindo em perigo a integridade física do Recorrido.

Vejamos o entendimento do STJ sobre o assunto:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 953.541 - DF
(2007/0202504-1) RELATOR : MINISTRO VASCO DELLA
GIUSTINA DSEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS)
AGRAVANTE : ZARIDE PEREIRA DA SILVA E OUTRO
ADVOGADO : ELUZIENE LACERDA LIMA E OUTRO(S)
AGRAVADO : RENAULT DO BRASIL S/A ADVOGADO :
DECIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE E OUTRO(S)
DECISÃO: TRATA-SE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO
INTERPOSTO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE
RECURSO ESPECIAL, EM FACE DE ACÓRDÃO
PROFERIDO PELA SEXTA TURMA CÍVEL DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS,
ASSIM EMENTADO: **REPARAÇÃO DE DANOS.
RESPONSABILIDADE POR FATO DO PRODUTO. DEFEITO. 1**
**- A RESPONSABILIDADE DO FABRICANTE, DO
CONSTRUTOR, DO PRODUTOR OU DO IMPORTADOR, POR
DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES OU ÀQUELES
A ELES EQUIPARADOS, EM DECORRÊNCIA DE DEFEITOS
DO PROJETO, FABRICAÇÃO, CONSTRUÇÃO,**

Ap. cível nº 0188820-0

mgcpassos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

221
C

174

MONTAGEM, FÓRMULAS, MANIPULAÇÃO, APRESENTAÇÃO OU ACONDICIONAMENTO DE SEUS PRODUTOS, É OBJETIVA, INDEPENDENDO DE CULPA (CDC, ART. 12, CAPUT). 2 - O PRODUTO, NO ENTANTO, SÓ É CONSIDERADO DEFEITUOSO QUANDO NÃO OFERECE A SEGURANÇA QUE DELE legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes entre as quais o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam (CDC, art. 12, § 1º, II).
3 - Apelação não provida (fl. 123). (...). Pub. em 24/04/09.

A inexistência que ora quer fazer convencer o Recorrente não pode ser acatado, visto que a Recorrente em por no mercado uma motocicleta que não oferece segurança ao consumidor, e ainda, pelas situações de riscos que expôs o Recorrido. No mais, a configuração do nexo de causalidade, se fez sob o argumento de que havendo prova no processo de que houve defeito no produto e de que este defeito contribuiu para o resultado (nexo de causalidade), subsiste a responsabilidade da empresa Recorrente.

A responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço decorre da exteriorização de um vício de qualidade, vale dizer, de um defeito capaz de frustrar a legítima expectativa do consumidor quanto à sua utilização de fruição. Um produto ou serviço é defeituoso, da mesma sorte, quando sua utilização ou fruição é capaz de adicionar riscos à segurança do consumidor ou de terceiros. Nesta hipótese, podemos aludir a um vício ou defeito de insegurança do produto ou serviço. A insegurança é um vício de qualidade que se agrega ao produto ou serviço como um novo elemento de desvalia. De resto, em ambas as

Ap. cível nº 0188820-0

mgcpassos



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

hipóteses, sua utilização ou fruição suscita um evento danoso (eventus damni) que se convencionou designar "acidente de consumo."

A segunda questão é referente ao quantum da fixação do Dano Moral, este que foi fixado no montante de R\$ 16.000,00. Quanto ao valor da indenização, tenho que merece reparos o julgado.

Com efeito, o valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), é montante que se desvia dos parâmetros usualmente adotados pela 4ª Turma do STJ em indenizações por lesões semelhantes (defeito do produto), vislumbrando-se, verdadeiramente, possibilidade de proporcionar enriquecimento sem causa ao Autor. Nesse sentido, dentre outros: 4ª Turma, REsp n. 575.469/RJ, Rel. Min. Jorge Scartezini, unânime, DJU de 18.11.2004.

Lamego Bulos, ao comentar a CF/88, ensina que não obstante não haver um critério legal para fixação do dano moral, a matéria possui saída, pois deve o julgador se buscar pelos critérios de discricionariedade da sua função, devendo sopesar o fato ou fatos tidos como violadores do direito do ofendido, bem como sua extensão e conseqüências, sem perder de vista a situação econômica das partes.

No caso em comento, num exame criterioso das circunstâncias fáticas dos Autos, o valor considerado no ato sentencial, mostra-se fora da realidade, pois não há nos Autos subsídios suficientes para que seja fixado um valor tão elevado.

Por outro lado, em se admitindo a permanência do valor fixado, sem sombra de dúvidas, estar-se-ia admitindo o enriquecimento sem causa da parte adversa.

mgcpassos

222
C
175



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Tenório dos Santos

223
E
176

Isto posto, dou provimento parcial ao apelo da Ré Moto Honda da Amazônia Ltda, para reduzir o quantum arbitrado a título de Dano Moral considerando adequado estabelecer o montante indenizatório de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizados a partir da data do Acórdão, mantendo no mais a sentença recorrida.

É como voto.

Recife,

25/3/2010

Des. Tenório dos Santos

Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

4ª Câmara Cível

Apelação nº 188820-0

Apelante: MOTO HONDA DA AMANZÔNIA LTDA

Apelado: FERNANDO ANTÔNIO NEVES DA SILVA

Relator: Des. Francisco Manoel Tenório dos Santos

Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de apelação, contra sentença que julgou procedente a ação de Indenização de Danos Morais, estes que foram fixados em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), em primeira análise, segundo entendimento cristalizado na sentença de fls. 163-167 dos autos.

Alega o autor apelado, em breve análise, que efetuou a compra de uma moto Honda, modelo CBX 250 TWISTER, desde a data de 14/Março/2002. Apontou em suas razões de apelação que o bem adquirido apresentou problemas de infiltração de água no painel, logo depois de sua compra, e nos dias chuvosos, obrigando-o a contatar a concessionária autorizada, por vezes. Embora tivesse tido pronto atendimento, com a troca por mais de uma vez, do painel, o defeito persistiu. Mediante acordo entre as partes, houve a troca da moto por uma nova, é o que relata os autos, sendo este fato, incontroverso.

No entanto, e para surpresa do apelado, a nova moto recebida apresentou o mesmo problema, evidenciando defeito mecânico de fabricação, e cuja responsabilidade, conseqüentemente, é da empresa fabricante. Sendo assim, restaram caracterizados os Danos Morais em virtude dos transtornos suportados pelo apelante. Ficou notadamente comprovada uma verdadeira via crucis em busca de uma solução definitiva, pelo apelado, para o problema acima relatado, sem sucesso, no decurso de mais de um ano, frente à concessionária.

De bom alvitre que fique consignado, como aponta a sentença acima indicada, que a pretensão quanto ao dano material está superada e sem objeto, conforme entendimento dos advogados das partes, e registrado na audiência de instrução do feito.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Apelação Civil nº 0188820-0

Adoto pois, como razões de decidir, o mesmo entendimento consubstanciado na r. sentença proferida pelo MM. Juízo "a quo", às fls. 163/167 dos autos, ao deferir o pleito de Danos Morais.

No entanto, quanto ao valor do dano causado, este que foi fixado em R\$ 16.000,00 (dezesesse mil reais), cuido ser exacerbado. O STJ vem confirmando o convencimento, no qual o julgador deve atender ao princípio da razoabilidade, sem, é óbvio, atentar para as preliminares de cada caso in concreto.

Isto posto, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso, para tão somente reduzir o valor da indenização por dano moral para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

No mesmo sentido entende a jurisprudência do STJ *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO EXCESSIVO. REVISÃO NA VIA ESPECIAL. POSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS COMEFITOS INFRINGENTES. CABIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR SUJEITA À IMPUGNAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA PARTE EMBARGADA. PREJUÍZO NÃO-CONFIGURADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO A QUO.

1. Em se tratando de embargos declaratórios opostos à decisão monocrática do relator que nega provimento a recurso especial, proferida nos termos do art. 557 do CPC, a falta de intimação prévia do embargado para contra-razoar o apelo não tem, necessariamente, o condão de comprometer a inteireza e juridicidade do decisum. Hipótese em que a dispensa da formalidade, sem descuidar do contraditório, atende os princípios da economia e celeridade processuais.
2. A atribuição de efeitos modificativos aos embargos de declaração, a despeito de sua excepcionalidade, é medida perfeitamente cabível nas situações em que, sanada a omissão, contradição ou obscuridade, a alteração do julgado surja como consequência natural da correção ali efetuada.
3. O arbitramento do valor da reparação por danos morais deve ser feito com moderação, de modo a evitar o enriquecimento sem causa da parte vencedora. A revisão do quantum, em sede de recurso especial, somente é cabível quando o valor fixado nas instâncias locais for exorbitante ou ínfimo, de modo a maltratar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
4. A atualização monetária dos valores fixados a título de indenização por danos morais flui a partir da data em que prolatado o decisum que fixou o respectivo quantum indenizatório.
5. Agravo regimental a que se nega provimento. AgRg no Ag 967410 /SP AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO DE INSTRUMENTO



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Apelação Civil nº 0188820-0

2007/0237080-6, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA,
publicado no dia 01/06/2009.

25 de março de 2010
Recife, 19 de novembro de 2009.

Josué
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Revisor

226
C

179